

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 4.388, DE 10 DE JULHO DE 2019.**

Autoriza o Poder Executivo a proceder a contratação temporária, de excepcional interesse público, de Auxiliar de Atividades Sociais.

O **PREFEITO DE ITAQUI**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município,

**FAZ SABER**, que a **CÂMARA DE VEREADORES** aprovou, e sanciona a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a função a seguir descrita:

Função	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Auxiliar de Atividades Sociais	45	R\$ 873,55	40 h semanais

§ 1º As atribuições dos contratados no exercício da função acima mencionada são as constantes no anexo I, desta Lei.

§ 2º A remuneração dos contratados para Auxiliar de Atividades Sociais será complementada, para atender à previsão constante do inciso VII, do Art. 7º, da Constituição Federal.

**Art. 2º** Os contratos vigorarão por um prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, sua vigência, por igual período, uma única vez.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo Municipal, a qualquer tempo, poderá rescindir o contrato emergencial, observada a necessidade e o interesse público.

**Art. 3º** Os contratos temporários de excepcional interesse público são de natureza administrativa e asseguram aos contratados os direitos estabelecidos no art. 244, da Lei Municipal Nº 1.751/1990.

**Parágrafo Único.** Aos contratados na forma desta lei fica assegurado também:

I – o direito de percepção do adicional por atividade insalubre, desde que cumpridas as exigências previstas nas Leis Municipais Nº 1.751/1990 e Nº 2.243/1996 e no Laudo Técnico Pericial do Município;

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**II** – o direito de percepção do vale-transporte, desde que cumpridas as exigências previstas na Lei Municipal Nº 2.111/94 e no Decreto Nº 2.966/95.

**III** – o direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez da contratada, até cinco (5) meses após o parto, nos termos do Art. 10, II, “b” do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 4º** As contratações autorizadas por esta Lei serão realizadas levando em consideração a ordem de classificação dos candidatos aprovados para a respectiva função em processo seletivo simplificado promovido pelo Poder Executivo.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO:**

**PERÍODO:** 10-07-2019 a 25-07-2019

**LOCAL:** ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

**PREFEITURA DE ITAQUI - RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI MUNICIPAL Nº 4.388, DE 10 DE JULHO DE 2019.**

**ANEXO I**

**FUNÇÃO: AUXILIAR DE ATIVIDADES SOCIAIS**

**Descrição das atividades:**

Executar, sob supervisão imediata trabalhos auxiliares relacionados com a Assistência Social e educação infantil. Recepcionar os cidadãos, preencher fichas de identificação dando seu devido encaminhamento; Efetuar visitas domiciliares para retificar a situação socioeconômica do cidadão; Efetuar atendimento direto a crianças na educação infantil. Efetuar atendimento direto com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social em albergues do município; Auxiliar na higiene pessoal de crianças, crianças excepcionais e adolescentes com problemas físicos ou mentais junto à Órgãos de Assistência no Município; Desempenhar com zelo a função, principalmente quando houver trato com crianças ou idosos, dando atenção, carinho e educação básica de comportamento; Auxiliar na alimentação de crianças, idosos ou adolescentes, ensinando-lhes o devido comportamento; Auxiliar na arrumação e limpeza do local de trabalho a fim de manter perfeita higiene; Cuidar das atividades recreativas do grupo; Atuar no desenvolvimento de atividades sociais, proteção e cuidado de crianças em situação especial e de abrigo. Trabalhar nas entidades de proteção social e abrigos da rede municipal; Prover as necessidades sociais das crianças e adolescentes abrigados; Desenvolver atividades de recreação; Acompanhamento e condução de menores para consultas e tratamento médico, odontológico e psicológico. Supervisionar e acompanhar a criança nos diversos setores da casa albergue, assim como as atividades fora da mesma. Executar outras atividades afins.

**QUALIFICAÇÕES EXIGÍVEIS**

**Escolaridade:** Ensino fundamental Completo.

**Idade mínima:** 18 anos.

**Carga Horária:** 40 horas Semanais.

**Especial:** O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços externos, à noite, aos sábados, domingos e feriados.

**Outras:** conforme instruções reguladoras do processo seletivo.